

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO
CURSO DE PSICOLOGIA

SAMYLLÉ RODRIGUES FERREIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NAS
DISCUSSÕES ATUAIS SOBRE SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR**

São Luís

2021

SAMYLLLE RODRIGUES FERREIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NAS
DISCUSSÕES ATUAIS SOBRE SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Ma. Valéria Maria Lima Cardoso

São Luís

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro Universitário – UNDB / Biblioteca

Ferreira, Samylle Rodrigues

Contribuições da psicologia escolar e educacional nas discussões atuais sobre sexualidade no contexto escolar. / Samylle Rodrigues Ferreira. __ São Luís, 2021.

40 f.

Orientador: Profa. Me. Valéria Maria Lima Cardoso.

Monografia (Graduação em Psicologia) - Curso de Psicologia – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2021.

1. Psicologia escolar. 2. Psicologia educacional. 3. Sexualidade - Escola. I. Título.

CDU 37.015.3:613.88

SAMYLLERODRIGUES FERREIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NAS
DISCUSSÕES ATUAIS SOBRE SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ma. Valéria Maria Lima Cardoso (Orientadora)

Mestra em Psicologia - UFMA

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Prof. Ma. Lidiane Veronica Collares da Silva

Mestra em Psicologia - UFMA

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Esp. Erika Caldas Freitas

Especialista em Saúde Mental e Psicomotricidade Clínica e Relacional - UCAM

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

Às pessoas que já tiveram suas identidades silenciadas por serem quem são, aos que tiveram suas vidas interrompidas e aos meus que estão em vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vânia e Francivaldo, por tanto esforço para que eu pudesse ter a oportunidade de fazer uma graduação, e pelo apoio e afeto que muito significa todos os dias.

Aos meus irmãos, Gustavo e Daniel, pela parceria que temos, por estarem ao meu lado mesmo que muitas vezes não saibam o que se passa, e ainda assim demonstrarem cuidado.

Aos meus familiares pelo incentivo e por acreditarem em mim, guardo comigo todas as palavras de carinho.

À Juliana e João, por estarem presentes nesses longos anos e pela amizade, ainda que do nosso jeito de sermos acessíveis. Viveram comigo felicidades e desconfortos que foram importantes para a concretização dessa pesquisa mesmo após anos.

Às minhas grandes amigas, Bruna e Sued, pela amizade incrível a qual tenho muita satisfação em partilhar tanto nesses anos de graduação, e por serem afagos em muitos momentos importantes para mim.

Aos meus amigos do Clã, G&O, Julix's e The Vale, amizades que fiz nesses anos e que tornaram meus dias mais felizes a cada encontro.

À Bel, a quem tenho muito apreço, por repetidas vezes me lembrar que não devo carregar o mundo em meus ombros, me acolher de um jeito tão confortável e ouvir minhas piadas existenciais.

Ademais, agradeço imensamente à minha orientadora, Valéria Cardoso, pela sensibilidade, paciência e disponibilidade em nossos encontros, que tornaram possível esse trabalho e principalmente por ser uma referência para mim. Muito admiro seu olhar que está para além do que se vê.

“Uma foto, uma foto
Na denúncia de perigo na televisão
A placa de censura no meu rosto diz:
Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz:
Não recomendado à sociedade.”

(Caio Prado)

RESUMO

Refletindo sobre Psicologia, Educação e Sexualidade, pesquisa-se sobre as contribuições da Psicologia Escolar e Educacional nas discussões atuais sobre sexualidade no contexto escolar. O objetivo geral é apresentar tais contribuições nesse contexto. Além disso, investiga as relações entre sexualidade e o desenvolvimento humano, descreve a relação da cultura com a educação na escola diante da temática da sexualidade, e visa compreender o papel da Psicologia Escolar e Educacional perante as demandas sobre sexualidade na escola. Essa pesquisa é de método hipotético-dedutivo, com finalidade de natureza básica. Os objetivos são de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e procedimentos técnicos que utilizam da revisão narrativa de literatura. A história da sexualidade traz mudanças e reflexos nas percepções sobre a mesma na atualidade, sendo pertinente refletir sobre identidade, cultura e a influência na escola diante disso, o que enfatiza o preparo dos educadores para facilitar o conhecimento aos alunos, sendo viabilizado pela Psicologia Escolar e Educacional, uma atuação que é conjunta à escola para ser efetiva.

Palavras-chave: Psicologia Escolar e Educacional. Sexualidade. Educação. Atuação.

ABSTRACT

Reflecting on Psychology, Education and Sexuality, we research the contributions of School and Educational Psychology in the current discussions about sexuality in the school context. The general objective is to present such contributions in this context. In addition, it investigates the relations between sexuality and human development, describes the relation between culture and education at school in face of the sexuality theme, and aims to understand the role of School and Educational Psychology in face of the demands about sexuality at school. This research is of hypothetical-deductive method, with basic nature purpose. The objectives are of descriptive character, with qualitative approach and technical procedures that use the narrative literature review. The history of sexuality brings changes and reflections in the perceptions about it today, being pertinent to reflect on identity, culture and the influence on school in the face of this, which emphasizes the preparation of educators to facilitate the knowledge of students, being made possible by the School and Educational Psychology, a performance that is joint to the school to be effective.

Keywords: School and Educational Psychology. Sexuality. Education. Acting.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA SEXUALIDADE E O DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	13
2.1 História da sexualidade e as contribuições freudianas.....	13
2.1.1 Sexualidade e desenvolvimento humano.....	18
3 SUJEITO, CULTURA, ESCOLA E AS VIVÊNCIAS DE SEXUALIDADE.....	20
3.1 Identidade e Cultura.....	20
3.1.1 O preparo dos educadores.....	22
4 ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL DIANTE DE DEMANDAS SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA.....	27
4.1 Contexto histórico, conceitos e finalidades.....	27
4.1.1 Desafios e possibilidades da Psicologia Escolar e Educacional.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre sexualidade e suas expressões no contexto educacional abrange reflexões acerca do corpo administrativo, corpo docente, corpo discente, comunidade e os papéis destes, considerando que no referente espaço encontram-se relações interpessoais que podem influir na construção de identidades, bem como refletir em aspectos singulares de cada indivíduo presente, sejam eles psicológicos tal como sociais. Dessa forma, questiona-se a respeito das discussões relativas à sexualidade, como é compreendida nas diferentes fases do desenvolvimento humano, por profissionais que constituem a equipe pedagógica, discentes, dando importância às vivências que do mesmo modo que podem ser saudáveis, por outro lado, podem apresentar resistências, censuras, intolerâncias ou mesmo reforçar o silêncio no que corresponde a informações quanto a educação sexual.

As representações citadas dificultam a promoção de esclarecimentos do que não é conhecido, tornando-se a escola um ambiente de abordagem tradicional em que se restringe a uma política pedagógica contrária a ideia de possibilitar que alunos entendam mais sobre o corpo físico, temáticas relacionadas à saúde, riscos, meios de prevenção, aspectos comportamentais ou direitos fundamentais, além de que professores e demais profissionais façam parte de debates constantes e construtivos.

Diante do cotidiano educativo, a Psicologia Escolar e Educacional possui grande relevância à medida que tem enquanto proposta atuar de forma que em conjunto a escola, facilite o desenvolvimento holístico do indivíduo, tendo como resultantes de intervenções, modificações tanto individuais quanto sociais. Para além disso, intermediar diálogos que clarifiquem aos envolvidos, concepções do que se trata o processo de educação, possibilidades, limites, desafios a partir do conhecimento psicológico (CASSINS et al, 2007).

Considerando a importância das discussões relacionadas à sexualidade no contexto escolar, de que forma a Psicologia Escolar e Educacional pode contribuir a partir de seus conhecimentos e práticas?

Quanto a essa problemática, o papel da Psicologia Escolar e Educacional pode trazer subsídios significativos para as discussões referentes à sexualidade na escola, além de propiciar conhecimento e formas de enfrentamento no que tange violências, exclusões, desconstruir ideologias não pautadas por pesquisas científicas,

além de promover melhores convivências e valores para o desenvolvimento das relações interpessoais no contexto escolar.

Além disso, a falta de representatividade de profissionais como da área de Psicologia Escolar e Educacional, entre outros da Educação, além de uma formação continuada, pode interferir na eficácia do processo de aprendizagem, haja vista que a presença destes é de suma importância para mediar discussões que contribuem para o entendimento das relações possíveis entre a Psicologia e a Educação. Dessa maneira, diálogos que retratam constituintes da sexualidade, quando são descartados resultam em influências na construção da identidade dos discentes e na atuação dos docentes.

Vivências subjetivas contribuem para a motivação pessoal da pesquisa, partindo de questionamentos sobre como o desenvolvimento das relações sociais podem afetar o bem-estar, e o desconhecimento sobre a abrangência da sexualidade enquanto uma influência tanto no processo de aprendizagem, quanto nas identidades que são construídas dentro do espaço educacional. Além disso, possui grande valor para a formação profissional, à medida que o conhecimento obtido é disseminado visando uma atuação ética e que seja representativa.

O valor social da pesquisa se dá conforme se proporcionam reflexões sobre fenômenos sociais, possibilitando que o conhecimento acerca da sexualidade ultrapasse o espaço educacional, como uma forma de combater violências, preconceitos, discriminações, estereótipos, promovendo o bem-estar nas relações interpessoais, respeito quanto a diversidade sexual, para que não seja banalizada, e ainda o conhecimento referente a educação sexual, levando em conta que tabus existem e conseqüentemente, o silêncio em muitos contextos.

A Psicologia Escolar e Educacional atualmente está em constante processo de reinvenção, no sentido de que suas práticas mudam a todo tempo e dessa forma representa e apresenta diversas possibilidades em suas ações no contexto escolar (MOURA et al, 2017).

A atuação da Psicologia Escolar e Educacional em conjunto ao papel da escola, pode facilitar o desenvolvimento holístico do indivíduo, priorizando o desenvolvimento tanto da aprendizagem quanto dos aspectos emocionais, já que estes estão interligados, visto que há possibilidade de naturalizar impactos na saúde mental e assim afetar a aprendizagem. O trabalho da Psicologia viabiliza que haja um olhar para a subjetividade, assim como estratégias para o manejo referente a

situações que a equipe pedagógica não consegue lidar, logo, os conhecimentos da Psicologia podem favorecer o desenvolvimento educacional, reforçando sua importância neste espaço que pode ser compreendido enquanto uma instituição social.

Em relação a finalidade deste trabalho, o objetivo geral é apresentar as contribuições da Psicologia Escolar e Educacional enquanto ciência e profissão nas discussões atuais sobre sexualidade no contexto escolar. Quanto aos objetivos específicos, busca-se investigar as relações entre sexualidade e o desenvolvimento humano, além de descrever a relação da cultura com a educação na escola diante da temática da sexualidade, e compreender o papel da Psicologia Escolar e Educacional perante as demandas que envolvem a sexualidade na escola.

Quanto à metodologia, o método seguido trata-se do hipotético-dedutivo, com finalidade de natureza básica. Os objetivos da pesquisa possuem caráter descritivo, e sua abordagem corresponde a qualitativa. Os procedimentos técnicos equivalem a uma revisão narrativa de literatura, constituindo-se numa pesquisa bibliográfica, através de artigos científicos, livros, revistas online, e-books, referências do Conselho Federal de Psicologia, além de materiais atuais sobre o tema proposto.

No primeiro capítulo, apresenta-se o contexto histórico da sexualidade e aborda-se sobre o desenvolvimento humano. Para isso, destinam-se duas sessões, a primeira que traz o percurso histórico da sexualidade e as contribuições freudianas, e a segunda que se refere à sexualidade e ao desenvolvimento humano. A partir disso, busca-se proporcionar reflexões sobre o percurso histórico da sexualidade e de que maneira estão relacionadas ao contexto atual, além de conhecer seus marcos.

No segundo capítulo, são expostos conceitos e perspectivas acerca da identidade e da cultura, além de discutir suas relações com o contexto escolar e as vivências de sexualidade, bem como o preparo dos educadores mediante a essa temática, e tem-se como finalidade olhar para além do processo de aprendizagem.

No terceiro capítulo, expõe-se o percurso histórico da Psicologia Escolar e Educacional, os conceitos e finalidades ao decorrer desse percurso, bem como seu papel na escola e de que forma contribui diante de demandas relacionadas a sexualidade, em conjunto também aos educadores e a escola como um todo. Busca-se evidenciar os desafios e possibilidades nesse contexto, tendo em vista o que está ao alcance da Psicologia Escolar e Educacional.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA SEXUALIDADE E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Divide-se em seções e subseções, que variam em função da abordagem do tema e do método. Neste capítulo, serão apresentados conceitos relacionados à sexualidade e desenvolvimento humano, bem como a relação entre ambos, além de abordar o contexto histórico referente a sexualidade e a contribuição freudiana para esse marco, visto que perpassa por contextos diferentes e ao longo do tempo, as ideias vigentes de cada período são contestadas e resultam em outras perspectivas. Dessa forma, compreender esse processo evolutivo faz-se necessário para outras discussões relacionadas à sexualidade no contexto atual.

2.1 História da sexualidade e as contribuições freudianas

As concepções relacionadas à sexualidade não são estáticas. No entanto, para que hoje existam diversas possibilidades de pensá-la para além de uma única finalidade, como o ato sexual, foi preciso questionar ideias no passado que hoje podem ser entendidas como perspectivas que contribuem para que a sexualidade seja vista enquanto um tabu.

Nesse sentido, é importante retornar à história para que haja reflexões sobre o que acontece no mundo atual, e quais as possíveis influências de tais pensamentos em vários contextos, uma vez que a temática da sexualidade pode aparecer em diversas situações, vivências ou nas mídias sociais, proporcionando o contato com diferentes perspectivas dos indivíduos.

Além da ideia de que a sexualidade só possuía o objetivo de reprodução, os padrões ao decorrer da história ocidental atribuíam ainda à sexualidade uma visão que a colocava num lugar de pecado, isso se dava pelos posicionamentos os quais as crenças religiosas, especificamente o cristianismo, adotavam sobre a mesma (SILVA; BRÍGIDO, 2016).

A ideia de pecado remete a violar algo, logo, quando se pensa a sexualidade a partir disso, significa que o que não estava dentro dos padrões a serem seguidos ou praticados, eram motivo de castigo, considerando que o castigo seria a consequência para o pecado.

Na Bíblia o pecado é entendido como algo que tem sua origem na desobediência. Sobre a ideia de “natureza humana” que se deu a contar de uma vontade divina, tem-se um dilema moral, em que a naturalidade ou tudo o que é natural é bom e seria o certo para Deus. Com essa perspectiva os autores Salles e Ceccarelli (2010) trazem o contexto em que se cria o “coito natural”:

Surge, assim, a ideia de “coito natural” que deu origem ao discurso que separa as práticas sexuais em “normais”, identificadas à procriação, e “anormais”, que diziam respeito às práticas infecundas. A ideia é que existiria uma sexualidade normal, conforme as inclinações naturais das coisas, cujo desvio, a depravação é definida como “contra a natureza”. (SALLES; CECCARELLI, 2010, p. 18).

Em relação ao “coito natural” citado pelos autores Salles e Ceccarelli (2010) também havia alusão a prática animal, cuja finalidade é a procriação, logo, quando a sexualidade não tem esse objetivo de preservação da espécie, a compreensão é de ocorre um pecado *contra naturam*, que se compõe pela “Pedofilia, necrofilia, masturbação, heterossexualidade separada da procriação, homossexualidade, sodomia [...]” (SALLES; CECCARELLI, 2010, p. 18).

As condutas morais no período da Idade Média sofriam grande influência por parte da Igreja Católica Romana, visto que havia uma padronização acerca da maneira como as pessoas viviam até mesmo sua vida conjugal. Como forma de ter domínio sobre a sexualidade dos indivíduos, utilizavam ideias como o inferno, em relação ao castigo para o que era entendido como pecado, além do medo e da culpa, assim o controle era legitimado. Toda a atenção que era dada para a sexualidade, se dava em consequência ao que se tinha de maior vivência naquela época, como o casamento que tinha um grande reconhecimento e se havia fidelidade. Assim, o que não estava dentro dos padrões como as práticas sexuais fora do casamento ou a masturbação, somavam para os motivos de controle (SILVA; BRÍGIDO, 2016).

O controle sobre a sexualidade nesse período pode ser refletido como um controle também sobre os corpos, e conseqüentemente, sobre a individualidade ou subjetividade das pessoas. O entendimento sobre o pecado a partir da ordem religiosa, ainda que tenha sido evidente no período da Idade Média, ao longo do tempo não necessariamente terá sido abolido, isso devido aos pensamentos que ainda podem permanecer e serem reproduzidos pelas pessoas atualmente.

Após esse período, ainda havia reflexos na época moderna, visto que o que as ideias da Igreja Católica Romana faziam com que ainda houvesse um confronto

entre as regras ditadas e a liberdade que se pretendia. Esses reflexos puderam ser observados a medida em que haviam condenações acerca da forma em que se constituía a família, além de práticas como o concubinato, importando se havia um reconhecimento daquela relação, e também a prostituição ou a poligamia. Todas essas práticas eram vigiadas e vistas a partir da perspectiva firmada pela ordem religiosa vigente (SILVA; BRÍGIDO, 2016).

Para além da ordem religiosa como forte influência a respeito da visão sobre a sexualidade, e ponto de partida para outros estudos, a ordem médica também se destaca no que tange os conceitos e visões sobre a mesma. Nesse caso, se contrapondo às convicções religiosas que a entendiam como algo que tinha apenas a finalidade de preservar a espécie.

Ocorre uma ruptura de percepções relacionadas a biologia, que defendia apenas os princípios naturalistas a respeito do sexo, essa ruptura aconteceu no final do século XIX e início do século XX. O nome em destaque para esse feito é de Sigmund Freud, que a partir de suas ideias afirma que a sexualidade não existe apenas na vida adulta, mas na infância e não tinha apenas uma finalidade, como também eram finalidades específicas. O que antes era aceito somente pela lógica de um biologismo, passou a ser atrelado a fatores psíquicos, ou seja, havia um sentido subjetivo acerca dos fenômenos relacionados à sexualidade (SALLES; CECCARELLI, 2010).

Ao fim do século XIX, os cientistas da época estavam aflitos quanto à ideia de sexualidade, isso se dava por acreditarem que a mesma é quem designa as atividades humanas. A atenção em torno da sexualidade, fez dela algo de significativa evidência, assim, pensavam o fator sexual como uma explicação para a origem dos sintomas neuróticos. A partir disso, houve a criação da sexologia, que poderia ser entendida como uma ciência voltada para as questões biológicas, e algo natural referente ao comportamento sexual. No entanto, Sigmund Freud em meio a muitos questionamentos quanto à sexologia, traz um novo conceito em relação ao fenômeno sexual, isso faz com que haja um rompimento de cunho teórico com a sexologia. Tal rompimento significou uma nova ideia de sexualidade, desprendendo-se de fundamentos biológicos (anatômico e genital) e assim, pensando-a a partir de uma disposição psíquica, fazendo da sexualidade a essência das atividades humanas (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Em “Dicionário de Psicanálise” de Roudinesco e Plon (1998) é possível perceber a relevância da sexualidade para Sigmund Freud, e mais especificamente, para a psicanálise. Apesar disso, o contexto em que a sexualidade foi pensada tinha relação com a sexologia, sendo algo voltado para o aspecto anatômico, e posteriormente, há um novo sentido atribuído à mesma. Para além de tal entendimento dos cientistas da época, Freud destaca a sexualidade enquanto uma representação mental como também o lugar em que há distinção anatômica.

A partir da ideia que Freud dispõe referente a sexualidade, é importante destacar o que se entende por inconsciente. Para Cesarotto e Leite (1987) a descoberta do inconsciente feita por Freud foi primordial pelo motivo de que ele estava encoberto, e a ideia de que o homem é senhor sua própria casa, ou seja, possui total domínio sobre seu psiquismo foi um entrave para que tal descoberta fosse feita, no entanto, embora o inconsciente exista, não se pode ter total certeza a respeito do lugar em que está, ou um consenso acerca disso. Porém essa descoberta foi de grande valor, visto que contribui para uma explicação e também demonstra a constituição dos sujeitos enquanto falantes. (CESAROTTO; LEITE, 1987)

Sobre as características do inconsciente, Laplanche e Pontalis (2001, p. 236) afirmam que:

O inconsciente freudiano é, em primeiro lugar, indissolúvelmente uma noção tópica e dinâmica, que brotou da experiência do tratamento. Este mostrou que o psiquismo não é redutível ao consciente e que certos “conteúdos” só se tornam acessíveis à consciência depois de superadas certas resistências. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1987, p. 236).

O que acontece em atividade mental não ocorre devido ao acaso, logo, os eventos mentais podem ser compreendidos sob a perspectiva de que existe uma intenção que pode ser consciente ou inconsciente, mas que cada um deles são ocasionados por precedentes (SILVA; BRÍGIDO, 2016). Segundo Roudinesco e Plon (1998, p. 375) “O inconsciente, segundo Freud, tem a particularidade de ser ao mesmo tempo interno ao sujeito (e a sua consciência) e externo a qualquer forma de dominação pelo pensamento consciente [...]”

Durante o tempo em que investigou sobre a sexualidade a partir de seus casos clínicos, Freud percebeu que desejos e pensamentos recalçados, em sua maioria, estavam relacionados às desordens e conflitos da experiência sexual, porém em seu campo privado. Em consequência a isso, também percebeu que as

experiências traumáticas que foram recalçadas, tinham relação com o período da infância, especificamente nos primeiros anos de vida. Depois do inconsciente, surgiu um novo conceito importante para Freud, a sexualidade infantil (SILVA; BRÍGIDO, 2016).

Existem quatro fases que Freud denominou enquanto, oral, que acontece entre 0 a 2 anos de idade, nesse caso, a zona erógena é a boca, visto que na mucosa dos lábios e na cavidade bucal, há um ponto de excitação, a ingestão de alimentos indica o prazer. A fase anal se dá entre 2 a 4 anos, a zona erógena é o ânus, o controle dos esfíncteres é um exemplo de prazer. Durante a fase fálica, a zona erógena é o órgão genital, no sentido de que há um interesse pelo próprio órgão genital. Por fim, o período de latência que se dá num intervalo entre a fase fálica e a fase genital, o que implica na redução das atividades sexuais, algo que prevalece até a puberdade. Na fase genital, em que a puberdade é vivenciada, o objeto sexual agora é externo, e não mais o próprio corpo (SILVA; BRÍGIDO, 2016).

Acerca das características das zonas erógenas, Freud (1976) aponta que:

Não há dúvida de que os estímulos produtores de prazer estão ligados a condições especiais que desconhecemos. Entre elas, o caráter rítmico deve desempenhar algum papel, impondo-se aqui a analogia com as cócegas. Menos seguro, parece, é se o caráter da sensação prazerosa provocada pelo estímulo pode ser designado de "particular", particularidade esta em que estaria contido justamente o fator sexual (FREUD, 1976, p. 112).

Adentrando no debate sobre a pulsão ter ou não um objeto fixo, segundo a perspectiva freudiana, está a ideia de objeto sexual, que seria o objeto desejado, e a finalidade sexual, sendo atividade sexual que se pretende com o objeto desejado. No entanto, se existia a possibilidade de a pulsão não ter objeto fixo, o significado é de que as atividades sexuais são decorrentes de um percurso pulsional, ou seja, se dá a partir de uma individualidade, o que descarta a ideia de que tudo é biologicamente programado. (SALLES; CECCARELLI, 2010)

Os estudos de Freud permitiram o conhecimento sobre a sexualidade em sua amplitude. Suas teorias se davam a partir de suas práticas clínicas, e ainda que algumas não fossem mais coerentes em um dado momento, havia um movimento de abandonar ou contestar suas hipóteses.

2.1.1 Sexualidade e desenvolvimento humano

Há uma variedade de conceitos acerca da sexualidade e o que a constitui. Para além de uma perspectiva em que é compreendida por uma ordem biológica, é relevante que se considere um olhar que não esteja atento somente a práticas sexuais. A individualidade faz com que a vivência da sexualidade seja particular de cada indivíduo, sendo assim, pode ser entendida como uma expressão de condições sociais, além das influências culturais e históricas que fazem parte do contexto em que o indivíduo está (MEIRA et al, 2006).

Perceber a sexualidade como algo que se constitui, é ter em conta que o indivíduo está em constante mudança. As influências das condições sociais, culturais e históricas podem ser exemplificadas no contato do indivíduo com outras pessoas ou instituições. Meira et al. (2006) abordam que a medida com que o contato se estabelece, seja com a família, amigos, mídias sociais, literaturas ou grupos de diferentes crenças, há uma vulnerabilidade a um processo de educação sexual que pode ser distinto em ações diretas ou indiretas, cooperando para que tenham uma relação com condutas e valores do indivíduo.

A abrangência da sexualidade possibilita reflexões no que tange sua relação com o desenvolvimento humano. Dessa forma, essa relação torna possível um entendimento sobre aspectos do desenvolvimento físico, emocional e social, uma visão a qual considera o indivíduo como um todo, que vive experiências e constrói sua identidade, bem como as mudanças atreladas ao corpo.

O desenvolvimento humano é marcado por mudanças. Os estudos referentes ao mesmo, demonstram que as transformações acontecem até o fim da vida, sendo assim, é um campo de estudo que também está em evolução contínua. As autoras abordam ainda que estudos científicos nesse campo, tem como foco os processos sistemáticos das modificações e estabilidade que acontecem nos indivíduos. A interdisciplinaridade faz parte do desenvolvimento desse estudo, haja vista que conta com áreas como a psicologia, psiquiatria, sociologia, antropologia, biologia, genética, estudos acerca das relações familiares, como também a história, educação e medicina (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Além disso, Papalia e Feldman (2013) explicam ainda como aspectos do desenvolvimento podem afetar uns aos outros, o que é entendido como principais domínios do desenvolvimento humano, sendo eles: físico, que engloba as alterações

no corpo e cérebro, aptidões sensoriais, além de capacidades motoras e saúde; cognitivo, relacionado à aprendizagem, memória, atenção, pensamento, linguagem, raciocínio e criatividade do indivíduo; psicossocial, está atrelado a emoções, relações sociais e personalidade.

A relação entre sexualidade e desenvolvimento humano a partir dos conceitos e perspectivas citados, permitem uma reflexão sobre o que se conhece em relação aos processos que ocorrem conforme os indivíduos se desenvolvem, e de que maneira esses processos aparecem no contexto educacional, seja pela fala, pelos comportamentos, questionamentos, entre outras formas de demonstrar que a sexualidade existe.

Dessa forma, os conhecimentos referentes a essa temática podem ser discutidos na escola, e a Psicologia Escolar e Educacional tem a contribuir para que exista um manejo quando esse espaço está diante de muitas possibilidades em decorrência de tais debates ou vivências. Os pensamentos que são reproduzidos a partir de uma visão de mundo carregada de um discurso, que retorna a uma época em que a sexualidade tinha grande influência da ordem religiosa ou médica, também podem aparecer no contexto educacional, o que viabiliza diversas problemáticas com relação a forma de lidar com tais discursos. É no sentido de facilitar aos educadores o conhecimento sobre a sexualidade, que o trabalho da Psicologia se posiciona de maneira que não deve compactuar com possíveis violências ou negligências nesse contexto, tendo como premissa a ética da profissão.

3 SUJEITO, CULTURA, ESCOLA E AS VIVÊNCIAS DE SEXUALIDADE

Neste capítulo, serão apresentadas algumas reflexões acerca da identidade, cultura, e como se relacionam com o contexto escolar, visto que há vivências para além do processo de aprendizagem, que podem ser percebidas dentro da escola, dentre elas a sexualidade. Para além disso, a questão do preparo dos educadores diante da temática da sexualidade, e de que maneira podem contribuir para discussões referentes à mesma considerando seus limites e possibilidades na atuação.

3.1 Identidade e Cultura

As vivências na escola não estão restritas apenas ao processo de aprendizagem previsto em sala de aula. Há um convívio diário entre pessoas, dessa forma, é importante considerar a subjetividade e o quão diferente podem ser os pensamentos e formas de expressão de cada uma, haja vista que importa o movimento das relações existentes.

A partir disso, questiona-se sobre as maneiras que o sujeito pode ser atravessado neste espaço, seja pelo processo de aprendizagem vigente, bem como o que é aprendido fora do ambiente educacional. Nesse sentido, destaca-se a cultura e as possíveis relações com a construção da identidade desses sujeitos, que não se limita apenas ao aluno, mas todo o corpo escolar, que conseqüentemente, estão em convivência.

No que se refere a identidade, Louro (2001) aponta que a cultura e a história são esferas que marcam as identidades sociais como um todo. O autor acrescenta ainda que as diferenças existentes em cada uma delas é o que as constitui, e destaca o movimento dos indivíduos, ou seja, mudanças que podem acontecer ao decorrer da existência e das vivências.

A identidade pode ser refletida enquanto um processo, ou mais especificamente, um processo identitário. Assim como a individualidade, o que é pessoal, é remetido em tais reflexões, e considera-se ainda as interações com diversos meios os quais temos contato. Essas interações se dão entre pessoas que se diferem em cultura, valores, etnias, ideologias, gênero, sexualidade, entre muitas concepções e características que fazem parte da identidade de cada um.

Em relação às identidades, é possível uma reflexão enquanto um processo de localização social, decorrente de coerções que se compreende a partir dos contextos históricos e sociais. Desse modo, analisa-se as formas como acontecem as distribuições de poder entre os sujeitos e os grupos, tal como as regras, a moral e costumes que fazem parte desses contextos. O processo de localização social também está relacionado a um sentimento de pertencimento e as distinções que existem entre pessoas e grupos sociais, o que dá origem às identificações, seja nas relações ou em diferentes espaços (ENNES; MARCON, 2014).

Quando se fala em localização social, percebe-se que há uma relação com um reconhecimento, visto que se destaca o sentido de pertencer a um grupo social. O sentimento de pertencer a um grupo ou não se perceber pertencente a ele, implica refletir sobre o lugar que esses grupos têm na sociedade, não somente pela forma como os indivíduos os percebem, mas de que maneira existem, o que os difere, como são tratados, e para além disso, suas possibilidades no espaço em que vivem.

Para Carvalho (2012) existe um processo de conhecimento, que acontece diante da interação entre os indivíduos em muitos espaços sociais, no entanto, esse processo não está limitado apenas às crenças ou representações de si mesmo e de outra pessoa, é exposto que o contexto social, o ambiente em que se insere cada um desses indivíduos, também está voltado para a produção da identidade. Logo, são muitas as possibilidades a partir das experiências sociais.

Dada a relevância do contexto em que as pessoas estão inseridas, e retornando ao processo identitário no âmbito educacional, é possível relacionar a escola a uma função também social, assim como poderia ser vista enquanto uma instituição social. É esse o sentido de atrelar a educação com as vivências de cada um na escola, e relacioná-la a identidade, a cultura, tendo em vista que existe uma pluralidade de identidades nesse espaço. No entanto, interessa questionar sobre como as instituições, especialmente a escola, lida ou compreendem assuntos que fazem parte das expressões dos sujeitos, ressalta-se aqui a relação entre educação e sexualidade.

Em vista disso, pode-se pensar em como a cultura transpassa esse ambiente, não somente o ambiente físico, mas os indivíduos. A respeito disso, torna-se pertinente discutir sobre o que se considera padrão numa cultura, e a maneira como isso aparece no ambiente escolar e seus impactos nas vivências de sexualidade.

Com relação às desigualdades, assim como as hierarquias vigentes em determinados contextos, há uma ligação com as redes de poder que existem no corpo social. Sendo assim, o reconhecimento que se faz acerca das particularidades dos indivíduos, acontecem a partir de um lugar social. Observando as características, leva-se em conta o que se entende como padrão cultural, bem como o que não é concebido como tal, dessa forma, se dá uma demarcação das diferenças em muitos aspectos que perpassam o reconhecimento de identidades (LOURO, 2001).

O sujeito em seu processo de desenvolvimento poderá se desdobrar em muitos questionamentos quanto a si mesmo, como também do que acontece no mundo, nas relações interpessoais, e quando essas dúvidas são expostas ou guardadas para si, as referências desse sujeito importam. A importância, nesse caso, está voltada para o conhecimento, visto que da mesma forma que esse sujeito é atravessado pela diversidade que é o contexto educacional, o que se conhece fora dele também pode aparecer à medida com que se relaciona.

Segundo Ciampa (1984) a perspectiva de identidade remete a movimento, mudanças, que são sucessivas, e não há como distanciar estudos acerca da identidade do que se observa da sociedade, visto que é importante considerar que o indivíduo é histórico e social, e cada identidade vai refletir outra identidade. À vista disso, essas identidades também refletem a estrutura social, assim como há uma reação sobre ela. Tal estrutura social é da mesma forma mutável.

As relações no espaço educacional, envolvem uma gama de percepções, que tornam as comunicações diferentes, e podem influenciar no bem-estar das relações, seja de maneira geral, ou especialmente, a relação da tríade aluno-professor-família. O que está em questão é o papel da escola nos processos identitários, seus limites e possibilidades, o quão importante é tanto para os alunos quanto para profissionais da educação, que o ambiente compartilhado seja saudável, e não contribua para que seja visto e percebido como um lugar em que a prevalência é o desrespeito às subjetividades.

O entendimento do corpo escolar sobre identidade e sexualidade nem sempre atende a uma ótica que fomenta discussões, principalmente como acontece com crianças, adolescentes e jovens. Sob essa perspectiva, Leite (2020) aborda que há uma apreensão quanto às normas e convenções sociais, e enfatiza a discriminação e exclusão que acontece desde a primeira infância dos que não atendem as expectativas sobre o gênero que é dado desde o nascimento. As implicações disso

estão na maneira como meninas e meninos devem se comportar, o que acaba reforçando uma hierarquia, assim como desigualdades. Exemplo disso está nas exigências de que meninas se voltem para afazeres domésticos, submissão com relação a desejos masculinos, além do casamento, maternidade e tendo ainda sua vida profissional e educacional afetada.

Enquanto é esperado tais comportamentos de meninas, espera-se que os meninos tenham comportamentos que validem uma masculinidade que fortalece uma hegemonia. Tais comportamentos incluem a demonstração de suas emoções, que nesse caso, não são expressas, além de haver uma incitação a viver sua sexualidade e depreciar corpos femininos. Logo, são concepções que possuem como base um modelo padrão de feminilidade e masculinidade, assim, desde crianças aprendem a dar lugar ao seu gênero e de outros, entendendo como algo que é certo. Esses comportamentos são ensinados pela família e se estendem na escola. A abordagem da sexualidade no contexto educacional muitas vezes é focada apenas em informar, ou seja, prioriza riscos e não atenta para direitos (LEITE, 2020).

Dessa forma, a cultura que preconiza um padrão de gênero e sexualidade, é concebida pela família ou cuidadores como algo “normal”, no sentido de que qualquer que seja o gênero que não aquele atribuído biologicamente, ou uma sexualidade que se distancie da heteronormatividade é compreendido como errado, porque foge da norma. Essas concepções podem advir tanto por uma ordem religiosa quanto por influências de pensamentos conservadores, que visam um modelo tradicional de família, gênero, sexualidade, dentre outros.

A partir da perspectiva foucaultiana, os autores Brighente e Mesquida (2011) retornam a ideia dos corpos dóceis no contexto educacional:

Um corpo dócil é aquele passível de repressão, de ser sujeitado, é aquele indivíduo “bonzinho”, que não pode e nem deve contestar o sistema no qual está inserido. Isso é refletido, reforçado e legitimado dentro das salas de aula, especificamente na prática pedagógica dos educadores. O professor, como vimos, dociliza o corpo do educando não permitindo que ele fale, expresse suas dúvidas, suas angústias e sua própria história. Em outras palavras, o que ocorre é a privação da palavra, dos desejos e das emoções com o uso do poder disciplinar (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2011, p. 13).

Para além do processo de aprendizagem que os educadores se dispõem a conduzir pautados na política pedagógica da escola, o que se propõe neste contexto é um espaço para abordar a sexualidade de forma que se desprenda de um modelo tradicional de ensino que advém de uma cultura normativa. Os educadores possuem

um papel importante nesse processo, esses debates podem ser alcançados à medida em que há abertura para falar sobre educação sexual nas escolas, como também a importância desses educadores terem em sua formação contato com a temática da sexualidade.

3.1.1 O preparo dos educadores

A problemática levantada sobre a sexualidade enquanto temática abordada no contexto escolar, muitas vezes é reduzida ao corpo apenas como reprodutor. Araújo, Cruz e Dantas (2018) retratam que as discussões levantadas no espaço educacional, frequentemente limitam-se a aspectos tradicionais, posto isso, exemplificam a abordagem em disciplinas como a Biologia, vinculando a sexualidade apenas a prevenção de doenças ou reprodução, de maneira que a cultura não é expressa nas discussões.

A escola é entendida como um espaço de formação dos indivíduos. No entanto, é preciso que os educadores tenham preparo para manejar discussões quanto a sexualidade, e não somente a abordagem citada acima que prioriza uma tradicionalidade, mas a possibilidade de compreender os processos que ocorrem a medida em que as identidades dos sujeitos são construídas, tendo como influência os espaços em que vivenciam quanto às relações que também se constroem nos mesmos.

Os debates sobre sexualidade no contexto escolar, incluem ainda a importância de questionamentos sobre o currículo. Nos dias atuais o papel da educação é essencial, e o conhecimento o qual os indivíduos têm acesso não está limitado apenas aos livros didáticos. Há uma variedade de tecnologias, no entanto, realidades distintas quanto ao acesso, logo, ter acesso a recursos tecnológicos faz do espaço educacional um lugar atualizado em formação e informação? Esse questionamento é trazido por Araújo, Cruz e Dantas (2018) ao refletirem sobre a contemporaneidade e as maneiras de dar espaço a discussões referentes à sexualidade.

As autoras Araújo, Cruz e Dantas (2018) acrescentam ainda que quando não se problematiza o conteúdo, torna-se apenas o conteúdo pelo conteúdo, assim, não há uma relação com a realidade atual. De maneira precisa, o currículo não deve se reduzir apenas aos fatos e conteúdos tradicionais, visto que possuem um vínculo

que se liga a significados que abrangem a cultura, o meio social, a moral, que são construídos e de certo modo espelhados no contexto educacional, que está ainda a serviço de uma preservação de identidades hegemônicas.

A forma como os educadores abordam sobre sexualidade, seja em sala de aula, como também em situações fora da mesma, podem trazer consequências tanto para o conhecimento dos alunos, quanto para suas identidades ou a maneira como falam sobre, haja vista que o papel do educador é de contribuir para que não se reforce um discurso que preconiza tabus com relação à sexualidade, mas que possibilite o entendimento como forma de educação sexual.

Um exemplo a ser citado sobre tabus em relação à sexualidade, são as notícias que se dão através de mídias sociais e quando compartilhadas, não são todas as pessoas que dão importância para a veracidade do que está sendo compartilhado, isto é, que tem o entendimento de que é um prejuízo para a educação em suas tentativas de combater fake news sobre a educação sexual, assim como o trabalho realizado dentro das escolas.

A partir dos princípios e fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) temas como a educação sexual, os cuidados com o corpo, bem como a saúde, recebem um novo estatuto, e quanto a isso o papel da escola é evidenciado como forma de possibilitar recursos para que existam discussões e uma crítica com relação à participação social e política. Diante do que se expõe, enfatiza-se a importância de preparar os educadores durante sua formação para o conhecimento acerca de temáticas como a sexualidade.

No que se refere ao currículo, questiona-se o seu aspecto tradicional, uma vez que muitas vezes não há espaço para contemplar a diversidade, o que traz a ideia de que existe uma reprodução cultural das estruturas sociais de poder. Logo, para que se tenha um modelo de escola que objetive a criação de instrumentos que sejam capazes de desenvolver e compartilhar sobre a desigualdade social e cultural, faz-se necessário a construção de um projeto que tenha uma base curricular que dê importância a diversidade (GONZÁLEZ, 2001, apud COLLING, 2018).

Práticas pedagógicas que não proporcionam o conhecimento referente a diversidades, a sexualidade, assemelham-se a um modelo estático, visto que na maioria das vezes está focada em objetivos de controle acerca da mesma. Dessa forma, em contraponto a concepções que silenciam a fala sobre a sexualidade em espaços educacionais, em possibilitar que haja um conhecimento por parte dos alunos

e do corpo escolar sobre essa temática, está a possibilidade de questionar, evidenciar o que há de negativo e, conseqüentemente, contribuir para índices de violência, preconceitos, que ferem os direitos de cada indivíduo. A partir disso, dando importância aos debates referentes à sexualidade e pensando no processo de aprendizagem para além de uma normatividade, as autoras Ribeiro e Magalhães (2017) propõem que diante disso, o ato de educar para a sexualidade é um meio para se apresentar uma reflexão sobre a identidade, assim como uma forma de denunciar o contexto de violência que a cultura pode influenciar.

Diante disso, percebe-se que a atuação da Psicologia Escolar e Educacional, levando em conta sua finalidade, pode dar visibilidade aos debates sobre sexualidade, conforme seu papel na escola, visto que não se trata apenas de discutir sobre o assunto, mas possibilitar que essas discussões sejam efetivas na realidade de cada pessoa que ouve. Violências são expostas cotidianamente, é pertinente que alunos, educadores, compreendam porque acontecem, o que está categorizado enquanto crime, e os impactos dessas violências, principalmente envolvendo questões voltadas para a sexualidade.

4 ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL DIANTE DE DEMANDAS SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA

No presente capítulo são abordados o percurso histórico da Psicologia Escolar e Educacional, além de seus conceitos e objetivos quanto a prática, como também distinções enquanto nomenclaturas ao decorrer desse percurso. Consequente ao contexto histórico, expõe-se o papel da Psicologia Escolar e Educacional e de que maneira pode contribuir na escola, e como educadores podem fazer parte da atuação perante as demandas relacionadas à sexualidade no espaço educacional.

4.1 Contexto histórico, conceitos e finalidades

Tendo em vista a temática sobre sexualidade na escola e a atuação em Psicologia Escolar diante de demandas relacionadas a mesma nesse contexto, é interessante retornar à história da psicologia no âmbito educacional, assim como seu conceito e objetivos para que se discuta acerca de seu percurso até a atualidade, essencialmente refletindo a aproximação entre psicologia, educação e sexualidade.

Quando ainda não era regulamentada enquanto profissão, a psicologia passou por um período em que foi influenciada pela medicina, ciências biológicas e ainda a educação. Destaca-se que nesse período havia um modelo psicométrico, que utilizava de instrumentos para medir a inteligência das crianças, e assim selecioná-las e classificá-las como normais ou anormais. Além disso, um olhar que considerava que essas crianças fossem adaptadas e orientadas a um modelo de educação escolar especial. Tal modelo comumente conhecido como psicometria foi um marco para a psicologia escolar, principalmente pela proporção que este estudo chegou, sendo inclusive adotado por escolas europeias entre outras na América do Norte (DE LIMA, 2005).

Analisando o objetivo do modelo psicométrico, é viável que se pense sobre os impactos decorrentes dessa prática na educação. Quando se faz uma separação entre crianças consideradas normais ou anormais, através de testes ou qualquer que seja o método utilizado para classificá-las dessa maneira, é o momento em que o impacto está relacionado a segregação, que se ancora numa perspectiva de padronizar uma realidade, ou precisamente, pessoas.

Conforme De Lima (2005) os acontecimentos no século XIX relacionados a essa modalidade de educação, refletiram no contexto educacional brasileiro, logo, a finalidade de classificação de inteligência pode ser compreendida como uma das primeiras práticas de psicólogos em proximidade ao sistema de ensino do Brasil, enfatizando através dessa classificação das habilidades e capacidade de aprendizagem das crianças em suas trajetórias no processo de aprendizagem.

O modelo psicométrico não foi o único a ser utilizado no contexto educacional, também houve predominância de um modelo clínico, e assim como o modelo anterior também deixa marcas no percurso da psicologia escolar até a atualidade, considerando que a maneira de olhar para a criança ainda não havia se desprendido de algo negativo para a educação, a segregação, que posteriormente ao modelo anterior perpassa por psicodiagnósticos dessas crianças.

Considerando os problemas de aprendizagem que eram observados, as crianças passaram a ser vistas como crianças-problema ou aluno-problema, o que acontecia tendo como base os estudos que seguiram o padrão do que era concebido como normal. Houveram teorias acerca do comportamento das crianças, bem como problemas percebidos na aprendizagem, dentre essas o entendimento de que a explicação para ambos seria resultado de lesão cerebral. Essa teoria se deu desde a década de 60 do séc. XX (DE LIMA, 2005).

Além dos modelos psicométrico e clínico, há ainda o modelo preventivo, nesse caso se consideram outras visões sobre os problemas na aprendizagem, dentre essas as possíveis influências como desajuste familiar, que não estava distante de perspectivas biológicas que reforçam ideias de patologização. A partir desse modelo, a atuação da psicologia teria a finalidade de se antecipar quanto aos problemas e atender para o bem-estar social e individual de toda uma nação, fruto de um Movimento de Higiene Mental com surgimento na década de 20 e 30 do séc. XX. Os objetivos desse movimento eram de prevenir, tendo como práticas a orientação, assistência, pesquisa e ensino de técnicos, frisando a especialidade com relação aos desajustamentos infantis (DE LIMA, 2005).

Percebe-se que havia um padrão definido nos períodos citados, e embora isso tenha acontecido nas primeiras práticas da psicologia na educação, ainda é possível que profissionais ou pessoas de modo geral defendem a ideia de psicologizar o que é visto enquanto diferente. A questão é que na atualidade essa perspectiva de fazer clínica ou diagnosticar crianças no espaço educacional, não faz parte da atuação

do psicólogo nesse contexto, principalmente por se pensar uma psicologia crítica e distante de práticas como a segregação, exclusão ou ajustamento.

Segundo De Lima (2005) há o modelo compensatório, enfatizando a Teoria da Carência Cultural que se constituiu através de ideias que foram produzidas no contexto dos Estados Unidos, no entanto, advém diante da finalidade de conter as consequências dos modelos anteriores, como o modelo de prevenção, que causou tensões nos movimentos sociais. Mas ainda com enfoque nas influências das questões econômicas da família, interpreta-se que crianças em contexto de pobreza se diferem de outras que são classe privilegiada, no sentido de não possuírem as mesmas aptidões para aprender, logo, havia a necessidade de utilizar recursos que não eram os mesmos que as crianças privilegiadas utilizavam. Tais observações levaram a psicologia a refletir acerca das influências sociais, que poderiam estar ligadas aos problemas nos processos de aprendizagem. Mesmo em parceria com profissionais da educação, a psicologia em busca de alternativa continua a clinicar.

O que foi abordado em relação às perspectivas da psicologia nos períodos iniciais de suas práticas, especificamente o foco em diagnosticar crianças quando se observava problemas na aprendizagem, a psicométrica e a criação de espaços para as crianças vistas fora da concepção de normalidade, era justamente o objetivo da Psicologia Educacional. Esse pensamento foi mudado no momento em que a Psicanálise passa a olhar para outras possibilidades como a família e como interferem no processo de aprendizagem do aluno (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Diante de dificuldades no processo de aprendizagem, a atuação preconiza que se considere o todo que envolve o aluno, não para fazer clínica, patologizar, colocá-lo num lugar de anormalidade, mas contribuir para que se observe e se conheça sobre a realidade de cada um, de maneira a não anular as subjetividades dos alunos.

Com relação a análise crítica referente a atuação do psicólogo escolar, se dá a partir da década de 1980 do séc. XX, assim começa a se pensar os problemas de aprendizagem como denominavam, como um fenômeno complexo que poderia ser analisado sob uma perspectiva que considera a constituição social do fenômeno, assim como outros aspectos que consideram a história, economia política e o âmbito social. Dessa forma, há um rompimento com os modelos anteriores e a psicologia escolar passa a atuar de maneira crítica e política (DE LIMA, 2005).

Tendo conhecimento sobre o contexto histórico da psicologia no âmbito da educação, questiona-se sobre o conceito da Psicologia Escolar e Educacional, que assim como houveram mudanças ao longo do tempo em suas práticas, não foi diferente com sua nomenclatura, uma vez que para cada uma existe uma finalidade que se difere das variações.

Sobre tais conceitos, as autoras Barbosa e Souza (2012) apontam que pensar a Psicologia e como se relaciona a educação, é comum que se utilize termos como “Educacional” ou “Escolar”. Para além destes, também aparecem Psicologia na Educação, Psicologia da Educação, Psicologia aplicada à Educação e Psicologia do Escolar. Quanto às diferenças, evidencia-se a Psicologia Escolar que tem suas definições a partir do contexto profissional em que se insere, realçando então o espaço educacional e as relações presentes. Além disso, a sustentação está nas produções de conhecimento advindas da Psicologia da Educação, que se refere a uma subárea da psicologia. Em resumo a essas distinções, pode-se entender que Psicologia Educacional e da Educação estão ligadas ao que se produz acerca dos processos educativos, enquanto a Psicologia Escolar diz respeito às práticas em contextos educacionais, ou seja, são distintas quanto à finalidade em teoria e prática.

Acerca das funções e o do que seria um psicólogo escolar, Martinez (2010) aborda que todo o preparo desse profissional tem para sua atuação, é marcado pelas atividades que está disposto a efetivar, considerando ainda as dificuldades que podem ser encontradas. Fala-se de um profissional que tem conhecimento sobre os aspectos psicológicos dos indivíduos, em concomitância a esses conhecimentos podem contribuir com a educação.

É interessante refletir o papel da instituição, bem como o enfrentamento e desafios de outros profissionais, especificamente do psicólogo escolar, visto que este tem sua atuação marcada por um contexto histórico que lutou por melhores condições de trabalho, educação e novas práticas no contexto escolar. Toda a luta por melhorias implicou em conhecimentos psicológicos, novas possibilidades de intervenção, já que estavam presentes estigmas e preconceitos para com os alunos que tinham dificuldades de aprendizagem. Dessa forma, o psicólogo escolar passa a ser percebido como um profissional de caráter remediativo, o que ressalta a luta dos mesmos que trazem discussões sobre o modelo clínico terapêutico que culpabilizava o aluno por qualquer dificuldade de aprendizagem apresentada.

Quanto a função da Psicologia Escolar ao decorrer dos anos, sua representatividade nos espaços educacionais passa por muitos movimentos, ou seja, mudanças com relação às suas práticas, algo a ser ponderado devido ao momento em que o fazer, a atuação em psicologia, precisa cada vez mais ter uma postura crítica à medida em que são percebidos reflexos do modelo clínico-médico, ou tentativas de inviabilizar essa atuação. Mais do que um processo de aprendizagem a ser vivido de maneira coesa, trata-se de um direito básico, e não apenas uma simples formação, é preciso valorizar cada aluno, cada pessoa, visto que possuem história, individualidade e maneiras de viver os processos tanto educacionais quanto subjetivos.

4.1.1 Desafios e possibilidades da Psicologia Escolar e Educacional

A ação da Psicologia Escolar e Educacional tem grande relevância para com o corpo docente, visto que estes constantemente diante de discussões possam estar instrumentalizados, visando uma atuação que promova qualidade e melhor desenvolvimento da relação aluno-professor-família. À medida que os educadores refletem suas identidades, o processo de aprendizagem tem melhor fluidez, assim como o clima educacional.

No que tange as discussões acerca do gênero e da sexualidade na comunidade escolar, entende-se que são construções sociais e estão presentes na mesma, logo, é possível que se problematize as práticas relacionadas à reprodução de normas que compreendem a heterossexualidade, perspectivas de masculino e feminino normativos e hegemônicas, enquanto um único modelo existente, tanto de gênero quanto de sexualidade (COLLING, 2018).

Conforme a Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999, no que se refere às normas de atuação do psicólogo frente às questões de orientação sexual:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

O posicionamento da psicologia quanto a atuação mediante as questões que envolvem a orientação sexual é significativa para a população LGBTQIA+,

principalmente por ser uma categoria de muita representatividade, que deve estar comprometida socialmente e eticamente, seja diante de fenômenos psicológicos quanto psicossociais.

Temos como exemplo um problema social que afeta essa população, a LGBTQIA+fobia, que se caracteriza enquanto uma violência contra os indivíduos seja pela sexualidade ou pelo gênero, e que não atende aos padrões de normatividade existentes na cultura que para algumas pessoas é a heterossexualidade, quando pessoas se atraem por outra do gênero oposto, e pessoas cis gênero que se identificam com o gênero masculino ou feminino a partir das concepções biológicas acerca do corpo.

Esse tipo de violência pode acontecer em diversos espaços sociais, incluindo a escola, por isso a importância de relacionar e refletir o trabalho feito pela psicologia diante dessas demandas, uma vez que essa atuação se refere ao manejo quanto ao entendimento e posicionamento de todo o corpo escolar para não compactuar com essa prática.

Há tentativas de aniquilamento de subjetividades, isso fica explícito quando tratam LGBTQIA+ como indivíduos que não têm importância. Existe um movimento de resistência perante as essas tentativas, ainda que constantemente essa população seja coagida a ideologias de reorientação ou reversão da orientação sexual, bem como identidade/expressões de gênero (CFP, 2019).

Para Colling (2018) a cultura midiática, assim como valores, práticas, contradições, concepções heteronormativas, misoginia, homofobia, transfobia, podem atravessar o espaço educacional. Dessa forma, existe uma observação, tal como uma absorção, que nomeia o que é anormal, pecado, não-natural, que se liga a um julgamento empírico, desconsiderando e reprimindo a diversidade sexual e de gênero.

São perspectivas que quando reproduzidas e ditas a uma pessoa que se percebe parte da população LGBTQIA+, podem causar impactos mentais e refletir na forma de existir da mesma. Muitas vezes no âmbito educacional essa prática de violentar o aluno, ou mesmo educadores que se compreendem da mesma forma, não é exposto, seja por insegurança das consequências, medo, e todo esse silenciamento acerca da violência e da sexualidade afetam as pessoas envolvidas.

Quando uma criança ou adolescente demonstra sua sexualidade, não é esperado por parte de docentes ou da própria equipe pedagógica que estes sejam violentados, pelo contrário, se espera acolhimento, que a escola em conjunto a outros

profissionais, falem sobre sexualidade e não sejam mais uma categoria que dificulta as tentativas de educação sexual, no sentido de conhecer sobre o assunto, diferente do que entendem os que se posicionam contra esse ensino, com a justificativa de que educadores, psicólogos escolares, estão ensinando alunos a serem LGBTQIA+, ou incentivando a terem relações sexuais.

A Psicologia Escolar e Educacional mediante a demandas relacionadas à sexualidade, primordialmente, deve estar pautado em parâmetros éticos, sendo qualquer intervenção a ser realizada, subsidiada às normas do Conselho Federal de Psicologia. Para Martinez (2010) ainda na atualidade, a atuação em Psicologia Escolar é vista de maneira recorrente como um modelo clínico terapêutico. Isso se dá a partir da concepção de que é possível fazer clínica no contexto escolar, algo que não cabe a essa área de atuação, embora a todo momento deva existir uma escuta e acolhimento.

Não é diferente com a sexualidade, muitas vezes existem posturas não somente por parte de profissionais, mas pela família, e pessoas de modo geral, que afirmam que a sexualidade tem caminhos normais e anormais, o que faz parte de compreensões históricas fundamentadas por argumentos religiosos e conservadores. Isso fica evidente cada vez que uma figura pública afirma que há “cura gay” com base na religião, quando compartilham fake news sobre a distribuição de “kit gay” nas escolas, ou as tentativas de invisibilizar atividades educativas como projetos com a temática da sexualidade, rodas de conversa, oficinas, que tem por objetivo se opor ao preconceito, a homofobia, a desinformação acerca da sexualidade.

De acordo com Martinez (2010) a contribuição da Psicologia Escolar envolve o objetivo de otimizar processos educativos, que abarcam tanto uma ordem pedagógica quanto uma ordem de subjetividade, que inclui ainda aspectos relacionais e organizacionais. Além disso, essa atuação não se restringe apenas a uma instância no sistema educativo, mas está diante de uma variedade, principalmente o espaço educacional.

Portanto, os conhecimentos perpassam o entendimento acerca dos aspectos psicológicos e de desenvolvimento, como também uma multiplicidade de compreensões nas mais diversas áreas da Psicologia. Mediante a sexualidade, o profissional de Psicologia Escolar enfatiza o conhecimento acerca da sexualidade humana, como também aos afetos e cuidados, além de proporcionar diálogos quanto a dúvidas, autorreflexão, autoconhecimento (MARTINEZ, 2010).

A atuação se dá com responsabilidade tanto a nível individual, quanto em grupo, e com a ciência da equipe pedagógica, considerando as capacidades observacionais, de planejamento e intervenção diante das demandas. Por essas razões o trabalho a ser realizado pela psicologia escolar, deve acontecer em conjunto aos educadores, fomentando a relevância de haver educação sexual nas escolas, enfatizando a importância de falar não somente sobre as identidades e sua relação com a sexualidade, mas sobre saúde, direitos e vulnerabilidades.

No que tange o preparo dos educadores, é possível pensar sobre a formação destes, que muitas vezes possui uma lacuna em relação às discussões sobre sexualidade e gênero. Dessa forma, questiona-se qual a implicações de professores perante as discussões sobre sexualidade, e nesse sentido, o que pode fazer em prol da garantia de direitos. Sobre esse questionamento, entende-se que professores não são detentores de todo conhecimento, e assim como alunos, também devem ser escutados e acolhidos.

Pensando na efetivação de uma formação continuada de professores, é importante que se tenha conhecimento sobre o que esses educadores compreendem por sexualidade, de que maneira a educação se relaciona a essa temática, como essas sexualidades são e podem ser expressas no contexto educacional, e como lidam com essas expressões. O psicólogo nesse processo é alguém que vai mediar as discussões e reflexões acerca dos discursos que constituem a sexualidade nos dias atuais. Nesse processo de conhecer sobre o assunto, inclui-se os tabus, os mitos, estigmas, discriminações, preconceitos, para que se posicionem diante dessas ações e tenham uma atuação crítica (GESSER et al., 2012)

A escola como espaço de formação se configura como ponte de interação social, havendo necessidades de diálogos sobre as práticas pedagógicas, bem como o desenvolvimento do aluno, a importância da fala e da escuta tanto do docente quanto do aluno, de modo que as dificuldades enfrentadas perpassem pelo psicólogo escolar, que enquanto representatividade na educação tem como objeto de estudo a própria escola e as relações que nela existem, a fim de realizar intervenções no espaço escolar tendo como foco o fenômeno psicológico. O objetivo atuação da Psicologia Escolar e Educacional, é não permitir que crianças e adolescentes sejam tratadas como anormais, ou que a patologização da sexualidade prevaleça no cotidiano e na vida de muitos nesse contexto, mas que se preze por proteger e promover qualidade de vida, de ensino e que a escola cumpra com sua função social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que o trabalho de pesquisa foi iniciado, notou-se que havia uma atenção para a temática proposta nesta monografia, o que se mostrou importante para buscar compreensões acerca das relações possíveis entre Psicologia, Educação e Sexualidade.

Em consideração a isso, esta monografia teve por objetivo geral apresentar as contribuições da Psicologia Escolar e Educacional enquanto ciência e profissão nas discussões atuais sobre sexualidade no contexto escolar. Constata-se que esse objetivo foi alcançado, visto que conseguiu demonstrar que a atuação da Psicologia Escolar e Educacional como algo importante para o espaço educacional diante de demandas sobre sexualidade, levando em conta suas possibilidades de intervenções que abarca todo o corpo escolar.

O objetivo específico inicial foi investigar as relações entre sexualidade e desenvolvimento humano. Esse objetivo atendido a medida que se conhece sobre o contexto histórico da sexualidade, conceitos sobre ambos, e se faz uma correlação com a atualidade, haja vista que muitas concepções sobre sexualidade assim como a recepção dessa temática na escola, abrange um debate tanto no ambiente educacional quanto em outros espaços sociais, que eventualmente refletem discursos que reforçam preconceitos e tabus. No entanto, evidencia-se a relevância de pensar para além da ordem biológica.

O segundo objetivo específico foi descrever a relação da cultura com a educação diante da temática da sexualidade. O objetivo foi atingido dado que foi possível perceber que dentro da escola existem vivências para além do processo de aprendizagem, como a sexualidade, e isso é atravessado pela cultura, pela subjetividade de cada indivíduo. Assim é possível refletir sobre os processos identitários e o papel da escola diante disso, tendo em vista que a escola também cumpre com uma função social, e o que se vive neste espaço depara-se com aspectos psicológicos e sociais que não podem ser invisibilizados.

Quanto ao terceiro objetivo específico, foi compreender o papel da Psicologia Escolar e Educacional perante as demandas que envolvem a sexualidade na escola. Esse objetivo foi alcançado uma vez que a partir das pesquisas feitas, é viável pensar na prática da Psicologia Escolar e Educacional desde seus conceitos e finalidades a partir do contexto de surgimento até ao momento atual. Para além disso,

nota-se que essa atuação requer responsabilidade, ética e compromisso social, tal como assegurar a garantia de direitos dos indivíduos. Na escola, o manejo da Psicologia Escolar e Educacional prioriza a qualidade de vida, o bem-estar, o conhecimento dos alunos e professores sobre a sexualidade, e questões relevantes a ela que dizem respeito à saúde mental e à integridade física, além do preparo dos educadores e da escola.

A pesquisa partiu da hipótese de que a Psicologia Escolar e Educacional pode trazer subsídios significativos para as discussões referentes à sexualidade na escola, porque contribui para as formas de enfrentamento de violências, além de romper com ideologias que não validam a ciência e promover relações saudáveis nesse contexto. Outra hipótese foi que a ausência de representatividade de profissionais da Psicologia, especificamente Psicologia Escolar e Educacional, bem como a formação continuada de professores poderia interferir no processo de aprendizagem, e descartar essas possibilidades de discussão e atuação, afetaria na construção da identidade. Ambas as hipóteses foram confirmadas, dado que a partir das pesquisas realizadas percebeu-se que é fundamental relacionar Psicologia, Educação e Sexualidade para uma prática que dê visibilidade ao que se vivencia no contexto escolar.

Quanto ao problema exposto, entende-se com base no que foi percebido através das pesquisas, a Psicologia Escolar e Educacional tem muito a contribuir, além de seu papel ser fundamental nos dias atuais. Considera-se que existem algumas dificuldades quanto a recepção das discussões sobre sexualidade em alguns espaços, que não anula a possibilidade da categoria deparar-se com resistências no ambiente escolar, com alunos e professores expostos a tentativa silenciar a sexualidade, tratá-la como algo anormal e que não deve ser falado, que foge dos padrões que alguns esperam permanecer tradicionais. É um trabalho que se dá de maneira conjunta, porque não se faz Psicologia de forma isolada, sem avaliar todo um contexto, dar importância aos indivíduos como um todo e também contar com a disponibilidade dos educadores e da escola de modo geral, para que estejam instrumentalizados mediante as dificuldades vivenciadas, para que seja algo efetivo.

Tendo em vista a metodologia proposta para esta monografia, foram utilizados artigos científicos, livros, revistas online, e-books, referências do Conselho Federal de Psicologia, além do contato com materiais atuais sobre o tema proposto, para cumprir com o método hipotético-dedutivo, seguir com uma pesquisa de natureza

básica, objetivos de caráter descritivo, abordagem qualitativa e procedimentos técnicos que atendem a uma revisão narrativa de literatura dessa pesquisa. No entanto, embora tenha sido possível responder à questão problema e evidenciar a confirmação das hipóteses levantadas, observou-se enquanto limitações o tempo para realizar a pesquisa com uma amplitude de informações, além do contexto de pandemia de covid-19, que não permitiu prosseguir com a ideia inicial para essa pesquisa.

Sendo assim, para ter um maior contato com dados e conhecimento de experiências sobre a temática proposta, como recomendações para pesquisas futuras poderia ser utilizada a pesquisa de campo, que poderá proporcionar o contato com profissionais que atuam em escolas tanto a segmentos públicos quanto privados, definir um público-alvo e conversar com esse público sobre as percepções que se tem sobre sexualidade, as vivências no contexto educacional, não somente alunos, mas docentes e as gestões escolares. Dessa forma, é possível que pesquisas futuras sejam capazes de evidenciar com maior riqueza de detalhes o aspecto subjetivo que envolve o tema proposto nesta monografia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Bastos; CRUZ, Izaura; DANTAS, Marilu. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BARBOSA, Deborah Rosária. SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão**. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2012, v. 16, n. 1, p. 163-173.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. **Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares**. Curitiba, PR: PUCPR, 2011.

CARVALHO, Mauro Giffoni de. **A construção das identidades no espaço escolar**. *Reflexão e Ação (Online)* , v. 20. p. 209-227-227, 2012.

CASSINS, A; et al. **Manual de psicologia escolar – educacional**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

CESAROTTO, Oscar. LEITE, Márcio P. de S. **O que é Psicanálise**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CIAMPA, Antônio da Costa. C. **Identidade**. (1984). In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N° 001/99 de 22 de março de 1999.

DE LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes. BREVE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL. *Psicologia Argumento*, [S.l.], v. 23, n. 42, p. 17-23, out. 2017. ISSN 1980-5942.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. **Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder**. *Sociologias* [online] v. 16, n. 35, 2014.

FREUD, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GESSER, Marivete et al. **Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade**. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2012, v. 16, n. 2.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise**. 4ª ed. Santos: Martins Fontes, 2001.

LEITE, Vanessa. **Diversidade sexual e de gênero na adolescência e na juventude**: entre desafios, controvérsias e resistências. In: FACCHINI, REGINA; FRANÇA, ISADORA LINS (Org.) **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: unicamp, 2020. p. 411-437.

LOURO, Guacira L. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MARTÍNEZ MITJÁNS, Albertina. **O que pode fazer o psicólogo na escola?**. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010.

MEIRA, M E. M.; QUEIROZ, A. B.; DE OLIVEIRA, I. A.; MORAES, R. Q.; OLIVEIRA, T. H. **Psicologia Escolar, Desenvolvimento Humano e Sexualidade**: Projetos de orientação sexual em instituições educacionais. Rev. Ciênc. Ext. v.2, n.2, p.1, 2006.

MOURA, A; et al. **Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar**. Psicologia Argumento, [S.l.], v. 29, n. 67, nov. 2017.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PAPALIA, Diane E; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

RIBEIRO, P. R; MAGALHÃES, J. C. **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

ROUDINESCO, Elisabeth. PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SALLES, Ana Cristina Teixeira da Costa; CECCARELLI, Paulo Roberto. **A invenção da sexualidade**. Reverso, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 15-24, set. 2010.

SILVA, Fábio Brandão. BRÍGIDO, Edimar. **A sexualidade na perspectiva freudiana**. Contemplação - Revista Acadêmica de Filosofia e Teologia da Faculdade João Paulo II, v. 1, p. 125-138, 2016.